





apresentam

Odontologia, Saúde Bucal e o Sistema Único de Saúde: uma aproximação necessária

Prof. Dr. João Luiz Gurgel Calvet da Silveira - FURB

O Brasil e as metas da FDI/OMS

Valores mundiais de referência para impulsionar medidas de melhoria da SB nos países.
Estabelecidas para os anos 2000 e 2010.
Ineficiente como parâmetro global porém um poderoso fator de motivação para melhoria da SB na dimensão política.

O Brasil alcançou **somente** a meta para cárie com o CPO-D médio nacional de 2,78 aos doze anos em 2003.

Por que?

Nosso Problema

A inserção da SB no SUS e o quadro epidemiológico de SB no Brasil apresentam grandes desafios que exigem medidas abrangentes na forma de políticas públicas

Nosso objetivo

Fomentar a **reflexão crítica** sobre a saúde bucal no SUS, considerando seus aspectos histórico, político-organizativo, epidemiológico e legal.

Mas o que seria Política Pública?

Diretriz elaborada para enfrentar um **problema público**

Deve apresentar:

Intencionalidade pública – motivação para estabelecer ações para resolver um Problema público, fazendo diferença entre uma situação atual vivida e uma situação ideal possível frente à realidade coletiva

Para enfrentar um problema por meio de Política Pública precisamos compreender...

Que diferença faz? Quem ganha o quê? Por quê?

Em essência trata-se de enfrentar o embate em torno de **ideias e interesses contraditórios**

Qual a finalidade de uma Política Pública?

Reduzir iniquidades no acesso e na utilização de serviços

Deve integrar ações intersetoriais públicas com qualidade e impacto nos principais indicadores epidemiológicos

Evidência

Sugere que necessidades de cuidados em SB não atendidas aumentam quando há menor cobertura por fontes públicas de financiamento, mostrando que a dependência de financiamento privado para cuidados de saúde é um fator para limitar o acesso

Cobertura de cuidados com a saúde bucal	Brasil	Canadá	França	Reino Unido	EUA
% da população coberta por financiamento público	37.0	5.5	100.0	100.0	5.0
% da população coberta pelo seguro odontológico privado	9.5	62.6	95.0	11.8	59.5

O SUS busca ideologicamente constituir um sistema universal de SB.

Ainda precisa implantar o que está legalmente definido na Constituição Brasileira.

Observa-se uma proporção substancial da população descoberta.

Gasto em SB e fontes de financiamento.	Brasil	Canadá	França	Reino Unido	EUA
Despesa total em saúde bucal como % do PIB	0.17	0.80	0.50	0.60	0.70
Gasto total com SB como % do gasto com saúde	1.8	7.4	4.6	4.1	4.0
Gasto com SB per capta (US\$)	20.75	309.40	175.70	141.23	349.00
Gasto público com saúde bucal como % do gasto total com saúde bucal	10.4	5.3	35.6	46.0	9.3

O Brasil oferece a maior cobertura (universal) e a maior cesta de serviços (integral) porém com o menor investimento público e estatal. As pessoas, empresas e o Estado gastam menos com SB no Brasil. O SUS financiou apenas 10,4% do total de gastos com saúde bucal.

Organização, gerenciamento e entrega de serviços de SB	Brasil	Canadá	França	Reino Unido	EUA
Número de dentistas praticantes	256.889	20.789	43.146	37.049	186.084
Taxa de dentistas por 1.000 habitantes	1.14	0.59	0.67	0.50	0.60

No Brasil o excesso de oferta de dentistas e de cursos de graduação em odontologia não resultam em maior acesso a cuidados de SB.

Destacam-se a distribuição geográfica desigual de profissionais e baixo financiamento.

Resultados de Saúde Bucal	Brasil	Canadá	França	Reino Unido	EUA
CPO-D médio aos 12 anos	2.1	1.0	1.2	0.7	1.3
% de indivíduos que visitaram o dentista nos últimos 12 meses	40.2	74.5	52.0	64.0	42.2
% de indivíduos que necessitaram de cuidado odontológico mas não acessaram nos últimos 12 meses	15.2	17.3	8.4	3.0	16.1

O Brasil ainda apresenta o maior CPO-D.

Sofre com maior disparidade regional na prevalência de doenças bucais

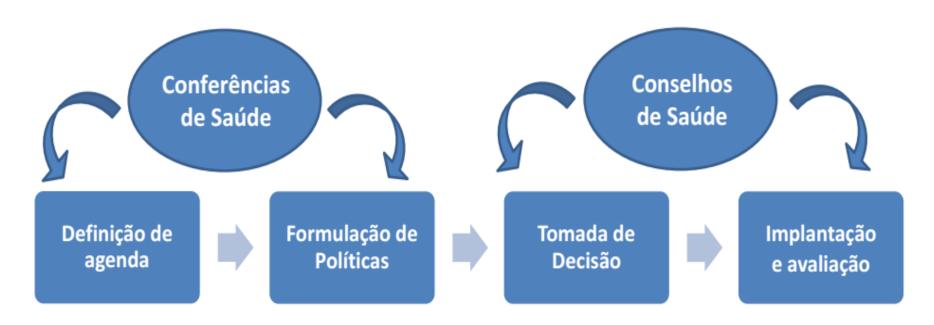
Em Síntese

O Brasil possui o sistema de saúde bucal "mais jovem" entre os países analisados.

Pode aproveitar esse estágio de desenvolvimento do SUS para garantir a SB como direito de cidadania.

A cobertura universal é uma grande força do modelo brasileiro, porém necessita melhorar o financiamento público.

Processo de produção de Políticas Públicas de Saúde no Brasil



Características do processo:

Participativo - Ascendente - Inclusivo

Amparo Legal: LOS 8.142/90 - LOS 8.080/90

Histórico das Conferências de Saúde Bucal no Brasil

Ano	Contexto	Diagnóstico e Propostas
1986 – 1ª CNSB Saúde direito de todos e dever do Estado	Abertura política	Inserção da odontologia no SUS SB parte integrante e inseparável da SG
1993 - 2ª CNSB SB como direito de cidadania	Diminuição do papel do Estado SUS incipiente Tentativa de mudar o art. 196 da CF	SB "iatrogênica, excludente e ineficaz" Denuncia do desmonte do Estado e da seguridade social Necessidade de novo modelo de atenção em SB Rever a formação de RH
2004 - 3ª CNSB Acesso e qualidade de vida - superando a exclusão social	Poucos avanços desde a década de 90	Recomenda a necessária revisão do Modelo de Ensino e Prática odontológica para reverter as graves necessidades de SB da pop. SB como prioridade nas políticas de saúde Lançamento da PNSB e "Programa Brasil Sorridente"

A PNSB Brasil Sorridente...

Deve garantir acesso a ações e serviços como direito público **universal** para superar a iniquidade ou

Saúde Bucal como **privilégio** para os que podem pagar por serviços particulares

Eixos Estruturantes da PNSB

Componente	Avanços
1- Reorganização da AP em SB	Aumento da cobertura: unidades móveis Atenção a pop. vulnerável (quilombolas, indígenas, pobreza urbana)
2- Ampliação e qualificação da atenção especializada	Centros de Especialidades Odontológicas – CEOS Laboratórios Regionais de Próteses Dentária - LRPD
3- Assistência na Atenção Terciária	Emissão pelo CD de autorização para internação Tratamento Odontológica para pessoas com necessidades especiais Assistência e SB para pacientes oncológicos

Moysés, 2013.

Eixos Estruturantes da PNSB (cont.)

Componente	Avanços
4- Promoção e prevenção	Ampliação de redes de abastecimento de água fluoretada Kits de higiene bucal
5- Reestruturação e qualificação	Doação de equipamentos odontológicos Incentivo e financiamento à pesquisa em saúde bucal coletiva
6- Vigilância, monitoramento e avaliação	Implantação de rede de centros colaboradores em vigilância à SB Desenvolvimento de Pesquisas epidemiológicas transversais em SB (SB Brasil 2000 e 2010)

Moysés, 2013.

A PNSB aos seus 14 anos

Percebe-se Sintonia com as políticas gerais da saúde.

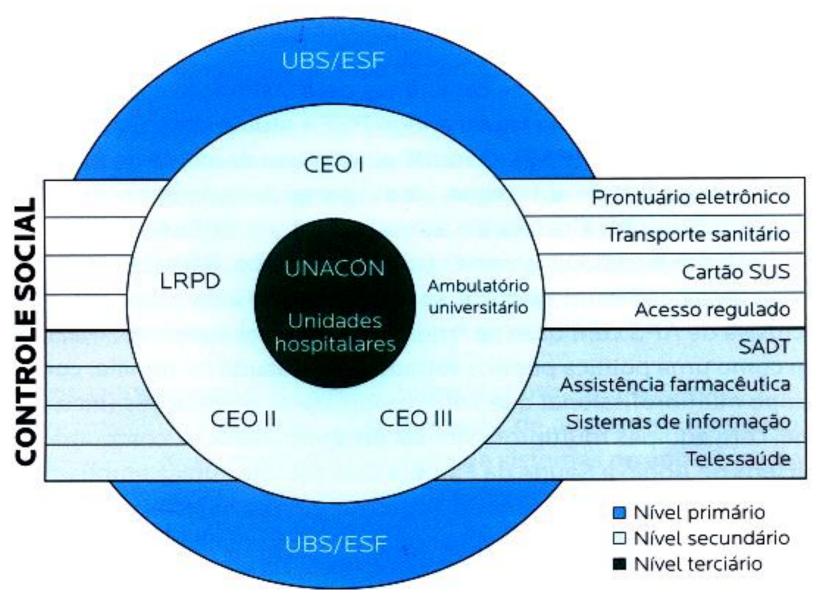
Adensamento setorial com direcionalidade.

Ação intersetorial: educação, saneamento.

Sua sustentabilidade e impacto na SB dependem de sua **capilaridade política** e seu "enraizamento" no tecido social brasileiro

Constituição da Rede de Saúde Bucal

A Rede de Atenção em SB



Desafios e possibilidades da inserção do dentista no SUS

Saberes e fazeres necessários ao dentista no SUS

Realizar diagnóstico, prevenção e tratamentos.

Promover ações multiprofissionais individuais e coletivas

Coordenar e supervisionar a equipe de SB.

Planejar, gerenciar e avaliar as ações.

Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados.

Outras ações comuns à todos da equipe.

Ou seja...

Competências, habilidades e atitudes muito além do currículo "tradicional"

O SUS como "ordenador" da formação do dentista

Constituição 1988, Art 200, compete ao SUS: "ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde"

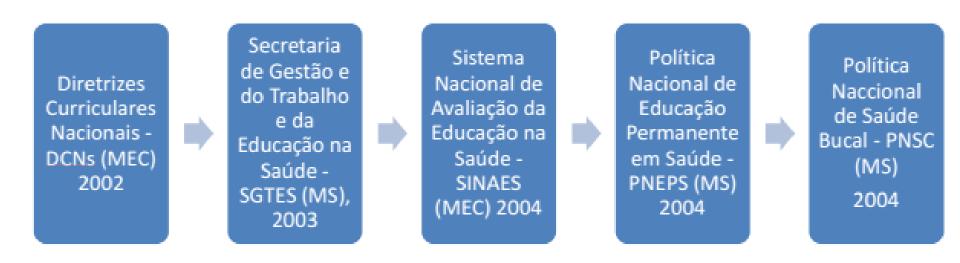
São significados de "ordenar":

Arrumar de forma organizada

Mandar, determinando que se cumpra

Preparar ou coordenar algo

Politicas de Regulação e Fomento para a formação e o cuidado em saúde



Estratégias e políticas interministeriais. Sinergia de objetivos e processos. Intersetorialidade: Educação e Saúde.

DCN para os cursos de graduação em odontologia

"Parágrafo único. A formação do Cirurgião Dentista deverá contemplar o **sistema de saúde vigente** no país, a atenção integral da saúde num sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contrarreferência e o trabalho em equipe".

Profissão e Mercado

Crise no mercado liberal da odontologia.

Pletora profissional ou má distribuição?

O SUS como o maior empregador.

Carreira e salários: uma necessidade do SUS.

Avaliação de Políticas

Não limitadas ao seu efeito global na Saúde Coletiva Avaliar resultado de intervenção sobre quadros de iniquidade em SB

Considerar indicadores epidemiológicos de SB

PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica

Objetivo: incentivar gestores e equipes a melhorar a qualidade dos serviços

Cria uma **cultura de avaliação** para mudanças Eleva o repasse de recursos do **incentivo federal** para os municípios

> Possui dimensões **analítica e reflexiva** Tem caráter **contínuo e permanente**

AMAQ - Autoavaliação para a Melhoria do Acesso e da Qualidade

Sistema eletrônico

Momento I- Sensibilização e estratégias pactuadas

Momento II - Sensibilização dos gestores, coordenadores e equipes/profissionais

Momento III - Discussão dos desafios e ações

Momento IV - Elaboração da matriz de intervenção e dos planos estratégicos

Momento V - Avaliação dos resultados alcançados Tipos: AB/SB/NASF/CEO

Decreto 7.508/2011 – uma opção pela APS

A SB na **Rede de Atenção.** ESF como **Portas de Entrada.**

Regiões de saúde: integram a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços.

Mapas de Saúde: descrição geográfica da distribuição de recursos humanos, ações e serviços de saúde.

Pactos Interfederativos.

Moysés, 2013.

Em síntese

A inserção do dentista no SUS apresenta problemas estruturais de natureza histórica, econômica, política e cultural. As respostas precisam alcançar resultados permanentes na forma de políticas públicas e Leis que as amparem. Políticas públicas necessitam ser conhecidas e apropriadas pela população em geral como princípio

de cidadania.

Obrigado

Referencias

MOYSÉS, SJ. Saúde coletiva: políticas, epidemiologia da saúde bucal e redes de atenção odontológica. [orgs.] KRIGER,L; MOYSÉS, SJ; MOYSÉS, ST. [coord] MORITA, MC. São Paulo: Artes Médicas, 2013.

NEUMANN, DG; QUIÑONEZ, C. A comparative analysis of oral health care systems in the United States, United Kingdom, France, Canada, and Brazil. NCOHR WORKING PAPER SERIES Researchgate. Technical Report · June 2014. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/276127389

SECCHI, L. Políticas Públicas: Conceitos, esquemas, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013

Perguntas e respostas

Avalie a webpalestra de hoje: https://goo.gl/forms/xSMaKlFM6l91FS652